VIII Seminário Nacional do Centro de Memória – Unicamp

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

MAPAS CULTURAIS: novas dinâmicas dos lugares de memórias

ANAHI ROCHA SILVA[1]

RESUMO

As plataformas de mapeamento colaborativo cultural oferecem novas dinâmicas sociais, e provocam a necessidade de reflexão sobre os conceitos de documento, patrimônio, cultura, memória e poder firmados anteriormente no paradigma custodial vigente nos museus, bibliotecas e arquivos. Dessa forma, esse trabalho pretende por meio de revisão bibliográfica e análise exploratória, demonstrar a importância do "Mapa da Cultura" sob a perspectiva da Arquivologia que, dentre outras funções, pode ser utilizado como fonte pelo historiador.

Palavras-chave: Mapa da Cultura, mapeamento cultural colaborativo, paradigma pós-custodial, documento.

INTRODUÇÃO

Mapas são representações gráficas e espaciais da realidade e dos fenômenos que ocorrem a nossa volta, servem como formas de comunicação, de registro e documento desenvolvidos e são empregados pelo homem desde a antiguidade, antes mesmo do desenvolvimento da escrita.

Existe uma infinidade de formas de reconstituição e interpretação da realidade e de atividades humanas, e cada uma pode ser expressa em um mapa com múltiplas formas de representação gráfica a depender do tema, da finalidade a ser alcançada e da metodologia empregada, fazendo com que exista uma grande diversidade de tipos e formas de mapas[2].

---

[1] Unesp, Mestre em Ciência da Informação, atualmente é discente do curso de Arquivologia na Unesp.

[2] **Mapas físicos**: representam a superfície física da terra, como as formas de relevo, a hidrografia, o clima. **Mapas políticos**: representam as divisas e fronteiras entre países e/ou entre unidades federativas estabelecidas e consolidadas politicamente. **Mapas econômicos**: representam as atividades econômicas de uma determinada área, a distribuição de dados estatísticos. **Mapas demográficos**: representação

O mapeamento também pode ser temático (mapa da saúde, da violência, da miséria, etc); no caso da cultura, a Cartografia cultural tem o objetivo de estudar, entender e representar de formas qualitativa e quantitativa como a cultura está organizada e se distribui na dimensão espacial, como são formados seus nós e suas redes, seja enquanto acervo, equipamento, ações ou comportamentos e manifestações de grupos sociais e sua diversidade, por isso guarda em si uma grande complexidade.

Trata-se de um processo de espacialização da cultura, visualização de sua distribuição local e regional, compreendendo a dimensão simbólica (patrimônio imaterial, serviços, redes sociais, fluxos informacionais), a dimensão material e econômica (patrimônio material, equipamentos, bens e serviços culturais). A exemplo dos etnomapeamentos, em que são realizados estudos do conjunto de informações sobre identidade étnica de grupos ou comunidades tradicionais, consubstanciadas na língua, religião, usos, costumes, tradições, identificando sua distribuição territorial.

A partir desses processos cartográficos que reúnem dados e informações culturais, é possível pensar na cultura como um sistema e obter subsídios que sirvam para o planejamento, desenvolvimento e execução de políticas públicas de acesso, difusão, produção e consumo de bens e serviços culturais.

Após a década de 1990 a utilização de recursos tecnológicos e digitais (principalmente a *web)*, proporcionou o desenvolvimento de sistemas e ambientes digitais de informações baseados na cartografia e no uso de mapas para aquisição de dados e informações.

Disso resultou o surgimento de uma nova área de pesquisa multidisciplinar[3], a Ciência da Informação Geográfica (*Geographic Information Science* - GIS), apresentada em 1992 como disciplina pelo pesquisador americano Michael Franklin Goodchild, que estuda estruturas de dados e técnicas computacionais para capturar,

---

espacial das populações, como índices populacionais, taxas de analfabetismo, migrações etc. **Mapas históricos**: são mapas utilizados para representar algum acontecimento em algum período histórico, como as áreas colonizadas no Brasil até o século XVII (MAPA. In: WIKIPÉDIA, 2016)

[3] **Ciência da Informação Geográfica** conceitualmente está relacionada à Geografia, Ciência da Informação, Ciência da Computação, Geomática e Geomática, surgiu como tema de pesquisa na década de 1960, mas reivindica o estatuto de uma disciplina científica independente a partir dos anos 1980 (WIKIPÉDIA, 2016)

representam, processar e analisar informação geográfica.

A partir do avanço e popularização dos recursos computacionais, surge um novo paradigma sociocontemporâneo de acesso a dados geolocalizados ou georrefenciados: a visualização do mundo pela tela do computador, com uso de várias ferramentas *Google Geo (Google Earth, Google Maps, Google StreetView*,) e o mapeamento colaborativo, também chamado de "Informação Geográfica Voluntária", ou *crowdmap*, em que se utilizam recursos da *web* 2.0 em *blogs* e *sites*.

Goodchild discute em seu artigo[4] esse fenômeno social de mapeamento participativo (ação que durante séculos foi reservada para às instituições oficiais) e as questões a ele associadas, como por exemplo, os fatores que levam as pessoas a fazerem isso, quão precisos são os resultados e se existe ameaça à privacidade individual (GOODCHIL, 2007).

Através do mapeamento colaborativo, qualquer pessoa com acesso à Internet pode redefinir seu papel no fluxo informacional, mudar sua atuação e forma de apropriação da informação: o que antes era mero espectador e consumidor, transformou-se em produtor e disseminador de conteúdo.

Um dos exemplos mais interessantes citados por Goodchild é o *Wikimapia*, feito nos mesmos moldes da *Wikipedia*, hipertexto e hiperlinks com descrições de lugares, voltado à criação de um dicionário geográfico, onde:

> *Qualquer pessoa com uma conexão à Internet pode selecionar uma área na superfície da Terra e fornecê-lo com uma descrição, incluindo links para outras fontes. Qualquer pessoa pode editar entradas, e os revisores voluntários monitorar os resultados, verificando a precisão e significado. Na época da escrita Wikimapia teve 4,8 milhões de entradas em relação a Wikipedia de 7 milhões, descrevendo as características que variam em tamanho de cidades inteiras para edifícios individuais (extensão geográfica de cada entrada é definida por intervalos de latitude e longitude) (GOODCHIL, p. 211, 2007).*

Em essência, esses mapeamentos colaborativos contribuiram para uma inversão crescente da abordagem tradicional *top down*[5] para a criação e difusão de

[4] Citizens as sensors: the world of volunteered geography, publicado em 2007.
[5] A abordagem *top down* (de cima para baixo) reflete a forma como o Estado mantinha a política cultural institucionalizada, modelo construído a partir de decisões sem a participação e opinião popular que deveriam estar envolvidos nesse processo.

informação *bottom up*[6], onde órgãos no âmbito federal, estadual e municipal, por meio de redes sociais, convocam cidadãos para contribuir com a identificação, produção e atualização de informações.

Assim, são formadas redes de observadores locais que contribuem com informações em diversas áreas, como no caso dos agricultores que utilizam sistemas elaborados para o mapeamento e monitoramento seus campos e plantações (agricultura de precisão).

Especialmente no caso da cultura, o mapeamento colaborativo compreende um sistema capaz de mapear e organizar dados culturais que pode abranger as três dimensões da cultura (simbólica, cidadã e econômica[7]). Além de levar ao conhecimento do poder público local demandas e reivindicações referentes a bens e serviços culturais locais, serve também como catálogo, instrumento de inventário e como acervo de memória.

A difusão de plataformas de mapeamento colaborativo cultural oferecem novas dinâmicas sociais, mostram-se capazes de incluir manifestações culturais representativas de outros grupos que compõem a sociedade brasileira –índios, negros, imigrantes – que tradicionalmente estiveram à margem das instituições culturais e de custódia.

Nosso interesse situa-se no entendimento desse movimento ascendente, que provoca a necessidade de reflexão sobre os conceitos de documento, patrimônio, cultura, memória firmados anteriormente no paradigma custodial vigente nos museus, bibliotecas e arquivos. Com esse objetivo, por meio de revisão bibliográfica e análise exploratória, nos propomos a demonstrar a importância do ambiente digital "Mapa da Cultura" sob a perspectiva da Arquivologia que, dentre outras funções, pode ser utilizado como fonte primária pelo historiador.

---

[6] Abordagens *bottom up* (de baixo para cima) é a forma de estruturação e funcionamento do sistema de informação, em que há necessidade da participação popular para sua implementação e execução.

[7] A dimensão simbólica compreende a riqueza e diversidade de formas e expressões e manifestações culturais; a dimensão cidadã está relacionada ao exercício do direto à cultura e identidade. Na dimensão econômica, a cultura é vista como setor produtivo de investimento para a geração de trabalho, renda e inserção social para os cidadãos; a dimensão

2. PARADIGMA CUSTODIAL E PÓS-CUSTODIAL DOS LUGARES TRADICIONAIS DE MEMÓRIA

De acordo com o paradigma patrimonialista historicista e custodial, os museus, arquivos e bibliotecas são os "lugares de memória" responsáveis pela custódia, processamento técnico de conservação, controle e mediação do acervo.

Em decorrência disso, este paradigma associa aos documentos de arquivos um valor histórico e patrimonial, assentando na noção de bem cultural que pode ser adquirido, vendido ou colecionado, porque possui valores estético, afetivo e econômico (RIBEIRO, 2005).

Jardim (1996) observa que a associação entre arquivos e memória é recorrente durante a formação do Estado Nacional, quando da construção de patrimônio histórico e cultural através de políticas públicas que pressupunham valores e qualificativos a determinados bens materiais (formação de acervos), em cujas bases foram firmadas as concepções de memória nacional, consubstanciados através de uma relação de poder. Situação também observada por Couture (1994, p.37) onde *"o arquivista tem o mandato de definir o que constituirá a memória de uma instituição ou de uma organização"*.

Uma das reflexões críticas é que isso reflete na vocação brasileira para a falta de memória e a imagem de um país "sem tradições", com exclusão de classes subalternas da historiografia brasileira (GARCIA, 1992).

Esse paradigma custodial vem sendo transformado com a mudança paradigmática do entendimento de sociedade, desde o século XX e se intensificou sobremaneira no século XXI nos processos de construção e de transmissão de uma memória social causados pela apropriação e disseminação das tecnologias digitais (RIBEIRO, 2005, p.136).

O patrimônio físico dos lugares tradicionais de memória passou a ser replicados, produzidos e disponibilizados em meio digital, informacional e tecnológico. Primeiramente houve a formação de acervos híbridos (formados por objetos analógicos e digitais ou digitalizados), e posteriormente acervos nato-digitais.

Essa desmaterialização do documento e fez com que o paradigma custodial tradicional entrasse em crise, havendo mudança do objeto de estudo e de trabalho do "documento" para a "informação" (RIBEIRO, 2005, p.7), emergindo o paradigma pós-custodial.

No paradigma pós-custodial os profissionais mediadores da informação ainda assumem a responsabilidade pela curadoria dos objetos, mas suas técnicas e saberes passam gradativamente a se adaptar ao ambiente (manual, mecânico, automatizado e digital).

No âmbito dos Arquivos[8], as transformações tecnológicas impõem novas formas de lidar com a informação, inaugura o desafio de levar os arquivos para as pessoas ou encorajá-las a vir usá-los, e dos arquivos serem capazes de oferecer aos cidadãos um senso de identidade, de história, de cultura e de memória pessoal e coletiva, afinal, os arquivistas servem à sociedade, não ao Estado, mesmo que trabalhem para um órgão da burocracia estatal (COOK, 2012, p. 141).

Assim, os arquivistas da era pós-custodial não podem continuar a ser aquele que guarda, conserva e arruma papéis e outros documentos ao serviço dos investigadores, mas terá de se assumir como um gestor de informação produzida e usada em qualquer contexto orgânico (RIBEIRO, 2005,), e em qualquer suporte de informação, em especial nos sistemas e modelos integrados e sustentáveis de preservação e acesso aos acervos culturais.

A "cultura digital" e a "digitalização da cultura" são dois termos que representam fenômenos que se complementam, promovem a produção de conteúdos digitais, a convergências de mídias e criam uma nova dinâmica social, possibilitam novos hábitos, onde os sujeitos interagem por meio de novos métodos de aproximação, de aquisição, de organização, de produção, na utilização e na reutilização das informações, a exemplo de Museu Virtual, Biblioteca Digital, Arquivo 2.0.

Ao lado das novas abordagens dos museus, arquivos e bibliotecas apresentados em ambientes informacionais digitais, estão as plataformas eletrônicas no campo cultural, fazendo com que esse encontro entre memória e tecnologia se dê nas formas,

[8] Arquivos no sentido de instituições; arquivos no sentido restrito de documentos de arquivísticos.

nos lugares e através das ferramentas utilizadas na contemporaneidade de maneira jamais vista (JORENTE, SILVA, PIMENTA, 2015), e sinalizem caminhos para a construção de uma rede nacional e interoperável de acervos digitais.

As plataformas eletrônicas possibilitam a alteração de fluxos informacionais quanto à apresentação, disseminação, mediação, gestão e recuperação da informação para efetivação de políticas públicas culturais. Mas não apenas isso, contribuem intimamente para a manutenção de uma memória coletiva cada vez mais "partilhada" ou vivida e reconhecida "por tabela" entre atores sociais diversos de forma que não importem para tal suas limitações espaciais.

A Memória passa a ter uma dimensão digital, com a emergência da cultura digital e consequente constitui uma nova categoria de patrimônio: o "patrimônio digital", bens culturais criados somente em ambiente virtual ou por bens duplicados na representação da *web* – que cobre materiais digitais incluindo textos, bases de dados, imagens estáticas ou com movimento, áudios, gráficos, *software* e páginas *web*, entre uma ampla e crescente variedade de coleções que representam desde objetos pessoais a acervos tradicionais de instituições de memória (DODEBEI, 2006).

Imperioso notar que, nesse contexto, os lugares de memória em ambientes transportados e reconfigurados para os ambientes digitais ou virtuais, ganharam não só uma nomenclatura própria (Bibliotecas 2.0, Museus virtuais, Arquivos 2.0[9]), como também possuem ferramentas e canais de comunicação que possibilitam ao sujeito participar, interagir e colaborar com os conteúdos gerados.

Nesse processo de interação social em rede (relacionamento de um para um, de um para muitos e muitos para muitos) através da *Web* 2.0, inaugura-se uma nova fase em que se tem no sujeito a junção dos conceitos de produtor, colaborador e consumidor na mesma pessoa.

Isso faz com que os meios tecnológicos do "universo *web* 2.0" impactem também a forma de acessar e se relacionar com os lugares de memória, pois o sujeito

[9] Biblioteca 2.0, Museu Virtual e Arquivo 2.0 são termos para designar a biblioteca, o museu e o arquivo em ambientes informacionais virtuais, e cuja existência apresenta novas possibilidades de gestão da informação disponibilizada na Internet, no contexto da Web 2.0, caracterizados pela interação e compartilharmento de informações, bem como pelo oferecimento de novos serviços aos usuários, com mensagens síncronas, streaming media, blogs, wikis, redes sociais, tagging, alimentadores RSS, Mashups.

que deixe de somente usuário, mero receptor e passa a ser participante e criador de conteúdo e de materialização de memória.

Assim, blogs, *wikis*, redes sociais, *tagging*, alimentadores RSS, acesso às mensagens síncronas e streaming media e *mashups*, são sistemas projetados para possibilitar a interação social a partir do compartilhamento e da criação colaborativa de informação nos mais diversos formatos por qualquer pessoa, praticamente a custo zero de produção e distribuição (WIKIPEDIA, 2015).

A memória individual passa a ser materializada e compartilhada cotidianamente através de redes sociais (como YouTube, Facebook, e Twitter), onde a própria pessoa passa a ser curador responsável por sua coleção e nos demais amboentes digitais colaborativos.

De fato, para que haja a transmissão e preservação dessa memória individual e coletiva registrada nos suportes digitais, há que serem empregadas estratégias de ações são voltadas para manter, preservar e dar acesso aos objetos e documentos digitais, em todo o seu ciclo de vida, ações que envolvem saberes interdisciplinares, dentre os quais, a Ciência da Informação e a Arquivologia estão inseridas.

3. MAPA DA CULTURA

O Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) foi concebido para tornar-se o grande repositório de dados e informações para estudos, consultas, criação de indicadores e outras funcionalidades, que atenderão às várias particularidades e necessidades dos sujeitos do campo cultural (BRASIL, 2011).

Em sua primeira versão, o SNIIC já dispunha de ferramenta de mapeamento cultural e cadastro com informações sobre agentes, espaços e projetos. Em sua segunda versão, lançada no final de outubro de 2015, houve uma segmentação do SNIIC em módulos, dentre os quais foi criado o “Mapa da Cultura” [10] onde as informações já cadastradas serão reunidas às informações da Rede Cultura Viva, além de projeto para

[10] Disponível no endereço eletrônico: mapas.cultura.gov.br

agregar as bases de dados do Sistema Nacional de Bibliotecas e do Cadastro Nacional de Museus ao Mapas Culturais. Até o presente momento o Mapa da Cultura têm cadastrado no território brasileiro 32.168 agentes culturais, 14.300 espaços e 317 projetos.

O módulo MAPA DA CULTURA, objeto de nosso estudo, que possui uma ferramenta de georreferenciamento para mapear e catalogar de forma colaborativa a produção cultural de artistas, suas manifestações culturais e seus projetos, bem como os espaços e equipamentos culturais:

> Mapa da Cultura é um software livre para mapeamento colaborativo e gestão da cultura que contribui tanto para qualificar a gestão pública, ao promover mais eficiência, quanto para a sua atualização frente às novas Tecnologias da Informação e Comunicação. O sistema é alimentado de duas formas: pelo poder público, que insere na plataforma informações sobre os equipamentos culturais, programações oficiais, editais, etc.; e pela população em geral, que se cadastra como agente de cultura (individual ou coletivo) e pode divulgar suas próprias programações.

No Mapa, o internauta encontra um menu para selecionar qual base de dados será visualizada, tem a opção de selecionar equipamentos culturais cadastrados em municípios ou estados, consultar agenda que secretarias e fundações de cultura estão alimentando, com a colaboração da sociedade, conforme pode-se observar na figura abaixo, a interface de apresentação da plataforma (SNIIC, 2016).

Mapa da Cultura – instalação de Mapas Culturais junto ao Ministério da Cultura

Para a implantação e execução do Mapa da Cultura o Ministério da Cultura, oferecerá suporte a estados e municípios que desejam implementar Mapas Culturais. Este apoio se dará por meio da oferta de infraestrutura tecnológica e material de apoio e de formação a distância (SNIIC, 2016).

O software livre para mapeamento colaborativo e gestão cultural foi lançado em 2013, tendo como primeiro parceiro do setor público a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. Na sequência, outros estados e municípios aderiram: municípios de Blumenau, São José dos Campos, João Pessoa, Sobral, São Paulo, Belo Horizonte e estados de São Paulo, Tocantins, Ceará, Mato Grosso e Rio Grande do Sul (SNIIC, 2016).

Além do Brasil, iniciativas de mapeamento da cultura se espalham pelo mundo, em cada continente, está em desenvolvimento um inventário dos equipamentos culturais e também compreende um processo de registro e documentação dos comportamentos e manifestações culturais, sua diversidade e sua identidade, aptos inclusive a incrementar pesquisas históricas como fontes alternativas (quando servirem como testemunho de afirmações cujos fundamentos não são encontrados em outros documentos públicos ou privados), fontes subsidiárias (quando ilustrarem argumentos desenvolvidos) ou como conotação enfática de uma informação contida em algum documento público (BELOTTO, 2008, p. 269).

No caso do mapeamento cultural realizado na Argentina, permite-se selecionar e comparar a informação cultural e dados sócio-demográficos (educação, saúde, tecnologia, pobreza, etc.) em cada província e nas principais cidades. Para garantir segurança e confiabilidade, cada dado é corroborado pelas províncias, através de agências de cultura. Há também é uma forma de validação que permite que o usuário para fornecer informações para o mapa de forma colaborativa (SINCA, 2016).

Até agora em todo território Argentino houve o levantamento do patrimônio material, contabilizados mais de 400 teatros, cerca de 600 editoras de livros e não mais de 130 gravadoras. Em todo o seu território, mais de 8.300 bibliotecas de vários tipos, há também cerca de 800 espaços de exposição do patrimônio, 870 monumentos e sítios históricos, 2.400 teatros, cerca de 1.400 estações de rádio e 2.600 eventos e festivais

(SINCA, 2016).

Importante ressaltar que o volume de informações gerado no Mapa da Cultura podem ser considerado fonte primária das informações, e sobre elas se baseia toda a plataforma. São informações registradas em formulários eletrônicos inicialmente e que ficam armazenados nesse sistema, configurando-se em documento arquivístico eletrônico, ou seja, possuem uma tipologia documental e como tal, precisam ser tratados arquivisticamente.

Verifica-se que esse tratamento documental é de fundamental importância porque permitirá realizar controle das informações (desde sua criação até a destinação final), ainda, tais ações irão determinar as medidas de preservação que devem ser adotadas para a forma armazenada[11] e manifestada[12] do documento, para que possam manter-se confiáveis, autênticos e acessíveis e utilizáveis ao longo do tempo.

Apesar desses formulários não constituírem obrigação ou responsabilidade para o administrador público, caracterizam-se como um conjunto documental com grande valor administrativo, social e cultural, tanto para o gestor, quanto para o cidadão, uma vez que estão destinados a apoiar as necessidades informacionais para desenvolvimento de políticas públicas culturais e poder ser utilizados ao longo do tempo para análise ou pesquisa sobre memória social.

Segundo Heymann (2010), a contemporaneidade permitiu pensar o arquivo sob sua perspectiva sociológica a partir dos diversos processos sociais intrínsecos ao mesmo. Segundo a autora, os arquivos "justificam projetos de natureza memorial, legitimam empreendimentos institucionais, são objeto de políticas que visam à preservação e à valorização da 'memória' e seus agentes" (HEYMANN, 2010, p. 113).

Refletir sobre as possibilidades que este processo contempla, se os documentos produzidos podem ser tratados como arquivísticos, e assim sendo, como as teorias sobre práticas de constituição do patrimônio documental podem ser aplicadas; também refletir sobre a ressignificação do documento arquivístico, formas de produção destes

[11] O documento que está armazenado em um sistema de armazenamento em mídia digital, a partir do qual o sistema computacional interpreta e monta o objeto apresentado na tela (Projeto InterPARES 3).
[12] A visualização ou materialização de um documento arquivístico digital, o que é apresentado ao utilizador na tela do computador (Projeto InterPARES 3).

documentos produzidos em meio digital, verificação das características do sistema em que está sendo produzido, se há preocupação com a preservação, recuperação das informações contidas.

4 CONCLUSÃO

O Mapa de Cultura é um ambiente dinâmico e convergente, cujos inúmeros registros de seus sujeitos possibilitam a construção e formatação de identidades, patrimônio e valores culturais e de memórias individual e coletiva, bem como contribui para o planejamento, gestão e difusão da produção e da diversidade cultural e memória social do Brasil.

A discussão sobre a identificação da natureza arquivística dos documentos gerados e armazenados nesse sistema é preemente e fundamental para o fortalecimento da Arquivologia. Este trabalho teve como objetivo explorar o conceito de Mapeamento Cultural sob a perspectiva da Arquivologia e que nesse contexto, os formulários eletrônicos gerados ainda são pouco explorados e reconhecidos essa tipologia documental.

Constatamos que a discussão conceitual sobre esse tema ainda é escassa e pouco desenvolvida nas áreas correlatas à Arquivologia. Entretanto, foi possível verificar o processo da materialização das memórias individual, coletiva e marginal em suporte digital formarem um patrimônio documental importante para a memória do futuro, e da possibilidade das plataformas de Mapas Culturais de sua salvaguarda, preservação e disseminação.

Nesse trabalho não avaliamos a qualidade das informações da plataforma Mapas culturais, nem o acervo formado, acreditamos que trata-se de aprofundamento do tema a ser desenvolvido em trabalhos futuros. Nessa medida, tem-se que a pesquisa e a investigação do módulo “Mapas Culturais” do SNIIC sob a perspectiva da Arquivologia merecem ser pesquisadas com o fim de contribuir com o fortalecimento da área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOTTO, Heloísa Liberalli. Diplomática e tipologia documental. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 106p

BRASIL. **Lei nº *12.343, de 2 de dezembro de 2010***. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm>. Acesso em 22 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/METAS_PNC_final.pdf/3dc312fb-5a42-4b9b-934b-b3ea7c238db2>. Acesso em: 12 fev. 2016.

COOK, Terry. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. Informação Arquivística, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves et al. Les fondements de la discipline archivistique. Québec: Presses de l'Úniversité du Québec, 1994.

DODEBEI, Vera. Patrimônio e memória digital. Revista Morpheus – Estudos interdisciplinares em memória social, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 2006. Disponível em: <http://www.unirio.br/morpheusonline/ numero08-2006/veradodebei.htm>. Acesso em: 20 mar. 2016

GOODCHILD, Michael Franklin. Citizens as sensors: the world of volunteered geography. GeoJournal, v. 69, n. 4, p. 211-221, 2007. Disponível em: http://archives-fig-st-die.cndp.fr/actes/actes_2007/goodchild/article.htm. Acesso em: Acesso em: 12 fev. 2016.

HEYMANN, Luciana Quillet. Um olhar antropológico sobre o documento: representações e usos sociais. In: FREITAS, Lidia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia (Org.). Documento: gênese e contextos de uso. Niterói: EdUFF, 2010. p. 111-122.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. Ciência da Informação. Brasília, v. 25, n. 2, p. 209-16, mai/ago. Disponível em: < http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/439>. Acesso em: 12 fev. 2016.

JORENTE Maria José Vicentini; SILVA, Anahi Rocha Silva; PIMENTA, Ricardo

Medeiros.Cultura e Memória na Plataforma SNIIC. **LIINC em revista**. Vol. 11, n. 1 (2015). Disponível em: < http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/800>. Acesso em: 15 fev. 2016.

MAPA. In:WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Mapa&oldid=45960461>. Acesso em: 24 jun. 2016.

RIBEIRO, Fernanda. A arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação.
Perspectivas em Gestão & Conhecimento, 1(1):59-73. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/80392/2/69033.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2016.
_____. **Os Arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar**. Boletim cultural – Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal. ISSN 0871-3308. Vol. 1. 2005, p. 129-133. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10091.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2016.

SINCA. Sistema de Información Cultural de la Argentina. Disponível em: <http://www.sinca.gob.ar/sic/mapa/>. Acesso em 20 fev. 2016.

SNIIC. Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais. Disponível em: <http://sniic.cultura.gov.br/2016/05/12/lancado-o-aplicativo-mapas-culturais/>. Acesso em 20 mai. 2016.